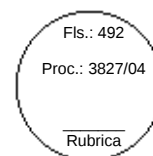




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



Processo nº : 3827/04 (D) (Volumes I a III e Anexos I a VI)

Origem : 2ª Inspetoria de Controle Externo

Interessado: Secretaria de Estado de Educação

Assunto : Auditoria de Regularidade

Ementa : Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Constatação de irregularidades. Sugestões. Conhecimento. Remessa de cópia. Recomendação. Determinação. Sugestões à então Secretaria de Gestão Administrativa. Apresentação de esclarecimentos e das medidas saneadoras adotadas. Inspeção. Decisão, em parte cumprida e parte em andamento. Verificação em futura fiscalização. Determinação às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão, de Educação e da Ordem Política e Social e Corregedoria-Geral. Audiência do titular da Secretaria de Estado de Educação. Envio de cópia. Retorno dos autos à 2ª ICE.

RELATÓRIO

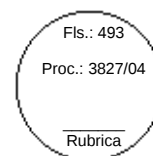
O presente processo trata de Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Educação, na área de pagamento de Pessoal Ativo.

Este Plenário, 02.11.07, pela Decisão nº 6.270/82007, fl. 461, decidiu:

"... I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios n.º 1.675/06 – GAB/SE e n.º 838/07- GAB/SE e dos documentos que os acompanham, fls. 145/262 e 312/397; b) do Ofício n.º 462/2007- GAB/SEPLAG, fls.295/297; c) do resultado da Inspeção realizada na Secretaria de Estado de Educação, conforme Relatório de Inspeção nº 2.0015.07; II - deixar de conhecer da representação apócrifa de fl. 143, ou denúncia, anônima, conforme tratada pela instrução; III - considerar: a) satisfatórios os esclarecimentos e as medidas saneadoras adotadas com relação ao item II da Decisão nº 5.810/2005, relativamente ao item II, alíneas "a", "b", "civ", "cv", "cvi", "cviii", "cix", "cx", "e" e "k" do Relatório de Auditoria nº 2.0046.04; b) iniciadas as providências saneadoras no que tange ao item II da Decisão n.º 5.810/2005, com relação ao item II, alíneas "c", "ci", "cii", "ciii", "cvii", "i" e "p" do Relatório da Auditoria nº 2.0046.04, e ao item IV da referida Decisão, o que será analisado em futura fiscalização na Secretaria de Estado de Educação e, se for o caso, na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; IV - tomar ciência das providências adotadas com relação às recomendações tratadas nos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



itens III e V da Decisão nº 5.810/05; V - determinar à Secretaria de Estado de Educação do DF que: a) inclua, também, nos levantamentos objeto do item II da Decisão nº 5.810/05, que faz referência à apuração constante do item II, alínea "i" do Relatório de Auditoria nº 2.0046.04, os servidores e situações indicados nos parágrafos 8º a 21 do Relatório da Inspeção nº 15.07, o que será averiguado em futura fiscalização; b) encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, os levantamentos de casos similares às irregularidades apontadas no item "II.c" do Relatório da Auditoria nº 2.0046.04, conforme item II da Decisão nº 5.810/2005; VI - autorizar: a) o encaminhamento de cópia do citado Relatório de Inspeção e do Relatório/Voto do Relator, se aprovado, à Secretaria de Estado de Educação, para servir de subsídio à continuidade dos trabalhos; b) o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes, em especial a inclusão dos autos em futura fiscalização, observando, contudo, o final do 1º semestre do próximo exercício para apresentação do respectivo relatório."

Em decorrência do disposto no item VI.b, a Presidência desta Corte de Contas, pelo Despacho de fl. 466, autorizou a realização de inspeção junto à Secretaria de Estado de Educação e onde mais se fizesse necessário.

Assim, examina-se, nesta assentada, o cumprimento da referida decisão e o resultado da inspeção realizada.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A 2ª ICE, pelo Relatório da Inspeção nº 2.0024.08, fls. 475/491, assim se manifesta:

"...

4. Por meio do Ofício GP nº 4723/2005, foi enviada cópia da Decisão ao Secretário de Educação à época (fls. 122). E, por meio do Ofício GP nº 4724/2005, foi encaminhada também cópia à então Secretária de Gestão Administrativa (fls. 123).

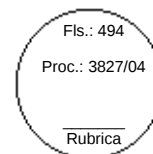
5. Houve o acolhimento das pretensões de prorrogações de prazo à SE (fls. 134/142).

6. Em 08/05/06, foi apresentada denúncia anônima à Casa relativa a irregularidades na concessão de Auxílio Transporte (fls. 143/144).

7. Em 29.08.06, a titular daquela Pasta encaminhou a esta Corte de Contas o Ofício nº 1.675/GAB/SE, com informações decorrentes da Decisão transcrita (fls. 145/262). Informações complementares foram encaminhadas por meio do Ofício nº 838/07 – GAB, de 11.07.07 (fls. 312/397).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



8. O Senhor Presidente deste Tribunal, Dr. Paulo César de Ávila e Silva, encaminhou à Secretária de Educação expediente com indicações acerca de auditorias e inspeções na área de Pessoal daquele órgão, em decorrência de Audiência concedida à então Titular daquela Pasta (fls. 263/272).

9. Realizada Inspeção, momento em que foi apurada a denúncia referida no § 6º e procedida a análise das informações disponibilizadas pela Secretaria de Educação – SE e obtidas junto à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, durante a fiscalização (fls. 398/425), esta Colenda Corte de Contas prolatou a seguinte Decisão n.º 6.270/2007:

(...)

10. Por meio do Ofício GP n.º 5.458/2007, foi enviada cópia da Decisão ao Secretário de Educação à época (fls. 462).

11. Em atendimento ao Item V, letra “b”, da aludida Decisão e em atenção à Decisão n.º 5.810/2005, foi apensado, em 08/02/08, o Processo n.º 080.020965/2007 (fls. 464).

12. Por fim, ocorreu a inclusão do Item III, “b”, da Decisão n.º 6.270/07 em Pasta Permanente para futura verificação (fls. 461).

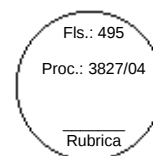
II. INSPEÇÃO E ANÁLISE

13. Inicialmente, cabe salientar que a Inspeção não foi realizada no 1º semestre de 2008, como determina a Decisão n.º 6.270/2007, em razão do volume de trabalho da Divisão de Auditoria. Mas, no momento em que foi possível, realizou-se a fiscalização, dado início em outubro/2008, tendo sido registrado o aguardo de resposta por parte de gestores da SE até a presente data, o que não ocorreu, § 47.

14. Além disso, diante do contido na Decisão n.º 6.270/07, entende-se que foram consideradas atendidas as alíneas “a”, “b”, “civ”, “cv”, “cvi”, “cviii”, “cix”, “cx”, “e” e “k” todas constantes do Item II do Relatório da Auditoria nº 2.0046.04; e foram consideradas, em início de atendimento, as alíneas “ci”, “cii”, “ciii”, “cvii”, “i” e “p” do Item II e do Item IV da mesma Deliberação. Em razão do deliberado, perduram, ainda, os Itens III, letra “b”, e V da Decisão n.º 6.270/07, quando foi determinado à Secretaria de Educação que incluísse, na apuração a ser empreendida pela Jurisdicionada, os servidores e situações indicados nos §§ 8º a 21 do Relatório da Inspeção nº 15/07. O cerne da questão ora tratada é a denúncia de irregularidade de concessão de Vale-Transporte, mesmo existindo questões relacionadas a determinadas parcelas da remuneração, como abono, parcela complementar, gratificação de regência de classe, TIDEM. Em atenção à diligência do Item V, foi encaminhado pela SE o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



Processo n.º 080.020965/2007 (§§ 9º e 11).

15. Portanto, a atual Inspeção tratou do exame de questões relacionadas ao aludido Processo e das irregularidades constantes das alíneas “ci”, “cii”, “ciii”, “cvii”, “i” e “p” do Item II do referido Relatório da Auditoria, em atendimento à Deliberação da Corte de Contas (§§ 9º, 11 e 13). (Destaquei)

II.1. Exame do Processo n.º 080.020965/2007

16. Princípios os autos com cópia da Decisão n.º 6.270/2007, do Relatório da Inspeção n.º 2.0015/07, do Relatório do Conselheiro, da Decisão n.º 5.810/2005 e do Ofício n.º 838/07 – GAB/SES. Na formalização das providências relacionadas ao Achado da Auditoria – Índices de Irregularidades em Declaração de Endereços (fls. 73/79 e 403/406), houve a apuração dos fatos, conforme noticiam expedientes de iniciativa do Núcleo de Consignações e Concessões de Benefícios (fls. 80, 82 e 85 do Apenso n.º 080.020965/07).

17. Das providências adotadas, cabe salientar a relação de servidores lotados na Diretoria de São Sebastião com endereços no Sistema Único de Gerenciamento de Recursos Humanos – SIGRH em Unaí, MG:

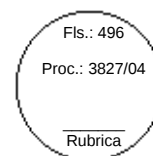
Quadro 1

Servidores com informações de endereços, linhas de ônibus e valores constantes no SIGRH

Nome	Matrícula	Endereço no SIGRH	Qde vales	Total (R\$) (bruto)
Larissa Dantas de Andrade	204.099-9	Rua Alba Gonzaga, nº 100, aptoº 106 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	927,60
Demian Almeida Albuquerque	207.968-2	Rua Alba Gonzaga, nº 100, aptoº 106 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	927,60
Astério Pereira da Silva	202.883-2	Av. Frei Anselmo, nº 36, Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	927,60
Júnio dos Reis Pereira	206.524-X	Rua Filadelfo Souza Pinto, nº 112 – Unaí - MG CEP: 38.610-00	20	927,60
Arinalda Teixeira Paz	205.533-3	Rua Luiz Maria da Silva, nº 67-B, Itapuã – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	927,60
Waldelanda Braga C. de Lima	9949695-X	Rua Rio Preto, 226 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Patrícia Eulália da Silva	9949671-2	Rua das Magnólias, 226 –	20	947,60



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



		Jardim – Unaí – MG CEP: 38.610-00		
Cédina Pereira de Melo	9949664-X	Av. Madureira, 78 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Edna Marfisa Rodarte Santos	9949643-7	Rua Afonso Pena, 110 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Feliciano Gabriel da Cruz	9949706-9	Rua Antônio Severino Araújo, 30 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Rosilene de Fátima P. Martins	9949518-X	Rua Prefeito João Costa, 265 – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Geane Gláucia Aparecida Alves	9949731-X	Av. Transamazônica, 134 – Divinéia – Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60
Maria das Graças Alves Oliveira	9949714-X	Av. Frei Anselmo, 900 – Campos do Jordão - Unaí – MG CEP: 38.610-00	20	947,60

Fonte: Tabela constante das folhas 83 e 84 do Processo n.º 080020965/2007. Da tabela original não foram transcritas as colunas “Linhas” e “Valor da Linha” (colunas 5 e 6) .

18. Cabe salientar, ainda, que a SE informou o bloqueio, no SIGRH, da possibilidade de inclusão do Vale-Transporte em duplicidade para o servidor que possui duas matrículas na administração pública do Distrito Federal (fls. 152 do Apenso n.º 080.020965/07).

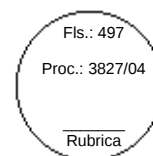
19. Diversos quadros foram juntados ao aludido processo. Esses quadros tratam dos Itens II-c, II-c.i, II-c.ii, II-c.vi, II-c.vii, II-c.ix, II-o, II-c.v, II-c.iii do Relatório da Auditoria nº 2.0046.04 e referem-se à devolução dos valores recebidos indevidamente. Na realidade, os quadros foram extraídos do processo que acompanhava os autos n.º 080.020965/2007 (fls. 153/155 do Apenso n.º 080.020965/07).

20. Por fim, há o registro das providências tomadas para restituir os valores recebidos indevidamente, relativos a abono pago a servidores com carga horária de 20 horas/semanal (disciplinado no Parágrafo único do art. 31 da Lei 3.318/2004) e discriminados no Quadro 3 (fls. 153 e 200 do Apenso n.º 080.020965/07; fls. 52 do Relatório da Auditoria).

21. Esses elementos colacionados não possibilitam concluir que houve o atendimento da diligência relativa ao Vale-Transporte. Além disso, uma questão persiste acerca dessas informações: a necessidade de ampliação da verificação das irregularidades. Na realidade, não é razoável estreitar-se a apuração apenas aos servidores objetos da Denúncia, principalmente pelo fato da Sugestão da equipe da Auditoria ter ampliado o escopo da apuração (alíneas “i” e “j” do Item II do Relatório da Auditoria n.º 2.0046.04). A gravidade do fato justifica que seja estendido a todos os servidores da Jurisdicionada. Talvez a todo o GDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



22. Diante das informações parciais apresentadas, a SE foi contatada, por meio telefônico, para que esclarecesse o atendimento da diligência. A resposta da SE indicou a existência de dois processos, que tramitaram em conjunto com o Processo n.º 080.020965/2007. Mas, na Secretaria de Educação, os autos não foram localizados. Em razão disso, foi solicitada autorização para realização da Inspeção. O objeto da Inspeção foi ampliado para abranger as alíneas "c", "ci", "cii", "ciii", "cvii", "i" e "p" do Item II e o Item IV do Relatório da Auditoria n.º 2.0046.04, § 12.

23. Devidamente autorizado, compareceu-se à SE. Sobre os dois processos que tramitaram em conjunto com o Processo n.º 080.020965/2007, a SE informou que eles tiveram curso próprio, por meio do Processo n.º 080.004286/2006.

II.2. Exame do Processo n.º 080.004286/2006

24. Em entrevista com membros da Diretoria de Administração de Recursos Humanos, foi-nos informado de que os processos anexos ao Processo n.º 080.020965/2007 tinham volumes destacados e eram abrangentes na verificação de irregularidades na requisição de Vale-Transporte.

25. Diante da dificuldade em encontrar os referidos autos anexos, foi disponibilizado o Processo n.º 080.004286/2006, que tem por objeto a apuração de irregularidades em atenção à Decisão n.º 5.810/05. Principiam os autos com cópia do Ofício GP n.º 4723/2005, que encaminha a referida Decisão, o Relatório do Conselheiro e o Relatório da Auditoria n.º 2.0046.04.

26. Os servidores objetos da Sindicância estão discriminados às fls. 79 do Processo n.º 080.004286/2006 e são os mesmos indicados às fls. 73 e 74, no Quadro 13 do Relatório da Auditoria, a seguir transcrito:

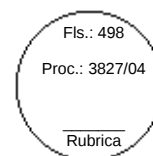
"Quadro 13

Lista de Servidores com Indício de Irregularidade no Endereço Declarado, para Percepção de Vale-Transporte

Matrícula	Endereço	Data da Ligação	Observação	Fls.
-----------	----------	-----------------	------------	------



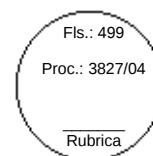
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



	SIGRH	SRF			
00242616	Luziânia - GO Goiânia - GO	Cruzeiro – DF	29.04.05	Contato com a própria servidora. Tel.: 2345820. End.: Quadra 1103, Bloco A, Apartamento 303	Anexo I, fls. 72/74
00245038	Pedregal - GO Goiânia - GO	Taguatinga – DF	29.04.05	A filha informou que servidora voltaria ao meio-dia. Tel.: 4757650. End.: QNL 23 Conj. D Casa 11	Anexo I, fls. 75/77
00389404	Luziânia - GO	Ceilândia Sul-DF	29.04.05	A mãe (3769222) informou que o endereço do servidor é na QNL em Taguatinga, no telefone: 336 8514. End.: QNN 8 Conj. C Casa 15;	Anexo I, fls. 78/80
00354279	Luziânia - GO	Taguatinga – DF	29.04.05	Na Receita Federal consta endereço de Taguatinga Sul, mas o telefone é de uma escolinha em Luziânia. Tel.: 6222790. QSD 27 Casa 07	Anexo I, fls. 81/83
00321230	Alexânia - GO	Taguatinga – DF	29.04.05	O pai da servidora confirmou o endereço. Disse que ela estaria em casa mais tarde. Tel.: 3514317. QNA 43 Casa 03	Anexo I, fls. 84/86
00379417	Unai – MG	São Sebastião-DF	29.04.05	Contato informou que o servidor estaria em casa às 12:30. Tel. 3356885	Anexo I, fls. 87/89
02020386	Unai – MG	Ceilândia - DF	29.04.05	Contato com a própria servidora. Tel.: 3744373. QNO 05 Conj. P Casa 33	Anexo I, fls. 90/92
02051559	Unai – MG	Cruzeiro - DF	29.04.05	Contato com a própria servidora. Tel.: 2346708. Quadra 305 Bloco A Apartamento 105	Anexo I, fls. 93/95
00329835	Formosa – GO	Guará II - DF	29.04.05	Contato com a própria servidora. Tel.: 3825200. QE 24 CJ. B Casa 30	Anexo I, fls. 96/98
02036401	Cidade Ocidental-GO	Taguatinga - DF	29.04.05	Informou que a servidora estaria em casa às 12 h. Tel.: 3533403. Colônia Agrícola Samambaia Chácara 06	Anexo I, fls. 99/101
00331813	Anápolis – GO	Samambaia - DF	29.04.05	Contato com o próprio servidor. Tel.: 3570276. QR 410 Cj. 11 Cs.12	Anexo I, fls. 102/104
00272248	Anápolis – GO	Taguatinga - DF	29.04.05	Informou que a servidora retornaria em meia-hora. Tel.: 3544549. QNG 44, Lote 30 Apt. 03 – Tag. Norte	Anexo I, fls. 105/107
00391573	Formosa – GO	Asa Norte – DF	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 4472264	Anexo VI, fls. 89, 91 e 244/245
00381535	Formosa – GO	Planaltina – DF	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3895580	Anexo VI, fls. 89, 107 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



					246/247
02025329	Formosa – GO	Planaltina – DF	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3897334	Anexo VI, fls. 89, 117 e 248
00364517	Cidade Ocidental – GO	Ceilândia – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3766331	Anexo VI, fls. 124, 127 e 249/250
02024101	Luziânia - GO	Taguatinga – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3535184	Anexo VI, fls. 130/131 e 251/252
0064529X	Luziânia – GO	Gama – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 5563346	Anexo VI, fls. 130, 132 e 253/254
0300001X	Valparaíso de GO	Plano Piloto – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 2244752	Anexo VI, fls. 142/143 e 255/256
00620742	Valparaíso de GO	Gama – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 5569941	Anexo VI, fls. 142, 145 e 257
02000555	Sto Antonio Descoberto – GO	Recanto das Emas – DF	09.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3332307	Anexo VI, fls. 153/154 e 258/259
03008525	Padre Bernardo- GO	Telefone de Brazlândia	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 4794712	Anexo VI, fls. 156/157 e 260/261
00363979	Águas Lindas – GO	Ceilândia – DF	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 3774535	Anexo VI, fls. 169 e 262/263
00325058	Águas Lindas – GO	Guará – DF	10.06.05	Confirmou residência. Tel.: 5681057	Anexo VI, fls. 170, 244 e 264

1. Posteriormente, em nova consulta ao SIGRH (08.07.05), constatou-se que os servidores de matrículas 00245038, 00381535 e 02000555 alteraram o cadastro para endereços no DF. “

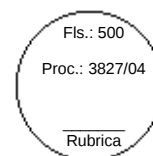
27. Portanto, não houve, por parte da SE, a ampliação do constatado pela Auditoria, em desconformidade com a medida sugerida na alínea “j” do Item II do Relatório da Auditoria n.º 2.0046.04. Na realidade, o Processo n.º 080.004286/2006 atende apenas a alínea “i” do Item II do Relatório.

28. Na apuração, foram juntados os documentos comprobatórios relativos ao Auxílio-Transporte (fls. 117/274 do Processo n.º 080.004286/2006 – fls. 117/274 do Anexo VII).

29. No dia 15 de abril de 2008, foi instaurada a Comissão Sindicante para averiguação dos fatos (fls. 276 do Processo n.º 080.004286/2006 – fls. 276 do Anexo VII). Em seguida, foram



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



intimados os servidores constantes do Quadro 13 (fls. 279/302 do Processo n.º 080.004286/2006 – fls. 2/25 do Anexo VIII). E colhidos os depoimentos (fls. 303/422 do Processo n.º 080.004286/2006 – fls. 26/144 do Anexo VIII).

30. *Entre os depoimentos apresentados, entende-se necessário transcrever parte do esclarecimento da servidora Luciana Lamas Martins:*

'Depoente convocada pela Administração e devidamente compromissado na forma da Lei prestou os seguintes esclarecimentos: a depoente informa que a maior parte de seu tempo passa no Setor de Chácaras Anhangüera, Q 25B, Chácara/Lote 17 – Valparaíso de Goiás/GO, de propriedade da depoente; a depoente neste momento passa às mãos da Comissão cópia do IPTU relativo o exercício de 2008, em nome da depoente; que em relação ao endereço fiscal para efeito de Imposto de Renda, a depoente informa que nos anos de 2004/2005 efetuou sua declaração de Imposto de Renda colocando como endereço a SQS 304, Bloco J, Apto 305, Asa Sul, local onde reside sua mãe; a depoente esclarece que também possui o imóvel situado na SQN 314, Bloco B, Apto 404, Asa Norte, que a depoente também utiliza como residência quando fica no Plano Piloto; a depoente faz juntar aos autos cópia do Memorando 166/2008, datado de 18/04/2008, emitido pelo CIEE, onde consta o nome da depoente solicitando o cancelamento do auxílio transporte.'. (fls. 354 do Apenso n.º 080.004286/2006 – fls. 77 do Anexo VIII)

31. *Sobre o declarado pela referida Servidora, a Comissão de Sindicância entendeu pertinentes as informações prestadas, tanto que o Relatório registrou a Servidora como tendo esclarecido a situação divergente (fls. 423/427 do Processo n.º 080.004286/2006 – fls. 145/149 do Anexo VIII).*

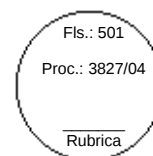
32. *Cabe salientar que os elementos apresentados pela Servidora não infirmam a divergência de forma alguma. Como uma pessoa pode morar no Plano Piloto e ao mesmo tempo em Valparaíso de Goiás? Além disso, se ela morasse em Valparaíso não teria solicitado o cancelamento do Vale-Transporte. Fica patente que houve irregularidades que não foram apuradas. Caso os procedimentos ficassem sob alçada da Corregedoria, esse comportamento na averiguação poderia ser evitado.*

33. *Na apuração, a Secretaria utilizou, para inclusão ou exclusão de municípios no programa Vale-Transporte, o conceito de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, criada pela Lei Complementar n.º 94/98 e regulamentada pelo Decreto n.º 2.710/98, alterado pelo Decreto n.º 3.445/00. Mesmo com a restrição, a situação não foi alterada.*

34. *O risco de irregularidade foi minorado com a incorporação*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



de gratificações ao vencimento dos servidores da SE. Como o Vale-Transporte é calculado sobre o vencimento do servidor solicitante (6%), a medida reduziu o pleito por Vale-Transporte. Além disso, o lançamento do cartão eletrônico, que faz parte do programa Brasília Integrada, dificultou a comercialização dos vales.

35. Porém, uma hipótese não foi afetada pelas mudanças: os servidores com residência fora do Distrito Federal. Na realidade, os valores elevados do Vale-Transporte, nessa situação, justificam a manutenção, mesmo com o aumento do desconto pela incorporação de gratificações ao vencimento padrão. Acresce-se ainda o fato de o cartão eletrônico não contemplar linhas fora do Distrito Federal.

II.3. Das demais Irregularidades constatadas no Relatório da Auditoria nº 2.0046.04 e pendentes de exame

36. Em razão disso, apresentaram-se, à SE, três Notas de Inspeção, com o objetivo de averiguar as providências tomadas com relação às diversas irregularidades constatadas no Relatório da Auditoria nº 2.0046.04 (fls. 468/469, 470/471 e 472).

37. Das três Notas apresentadas, apenas foi respondida a Nota de Inspeção n.º 03. O teor da Nota solicita o fornecimento da relação dos servidores cadastrados com endereço fora do Distrito Federal. Em 12 de novembro, por meio do Ofício n.º 213/08-SEADJ, foi encaminhada a resposta, em mídia magnética.

a) DA CONSISTÊNCIA DOS DADOS

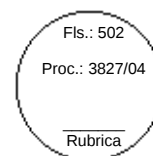
38. A fim de averiguar a consistência dos dados ofertados, extraiu-se, da mídia magnética encaminhada pela SE, uma Amostra dos residentes fora do Distrito Federal e não residentes em Goiás e Minas Gerais (municípios fora da RIDE). O resultado é apresentado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Amostra de Servidores residentes fora do DF

Matrícula	Nome	Município	UF
462888	NIVIA M L M S	SAO PAULO	SP
547603	MARIA DE L Z M	FLORIANOPOLIS	SC
2027674	ELIACI T DE A	CRATEUS	CE
366463	MARIA J Q DA S	CARNAIBA	PE
2027518	ADRIANA DE C A F	FORTALEZA	CE
0067902X	SHEILA B DE A	FLORIANOPOLIS	SC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



316598	MARIA L DE L	RECIFE	PE
0206362X	JOAO C DOS S	FLORIANO	PI
466190	ELIANA M DE P	TANGARA DA SERRA	MT
290521	ANDREA C D P DE A B	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP
0063686X	JOSE R M	SAO BENTO DO SUL	SC
4000145	ISA M N O	ARARUAMA	RJ
2021269	RITA DE F N R S	QUARAI	RS
2033445	HELEN G L DE S	FORTALEZA	CE
2020246	ANGELA C M	ANANINDEUA	PA
362263	MICHELLE F C T DE S	FOZ DO IGUACU	PR
368881	ADRIANA C DE J S	MACEIO	AL
2040166	LUCIENE DE J M DA S	BELEM	PA
2004313	ANTONIA M C F	SOBRAL	CE
394327	ALESSANDRA P S	CAMPO GRANDE	MS
2039737	CRISTIANE V DE A	NITEROI	RJ
626538	ANA M S F	PALMAS	TO
0062814X	IZABELLA D V	VILA DOS CABANOS	PA
6319	EDILENE S DE C	SAO PAULO	SP
766607	WENCESLAU C DOS S	REMANSO	BA
14058669	MARLY S F	SAO PAULO	SP
601365	HELVIO J S	SANTA MARIA	RS
7000472	MARIA DO S J E	RECIFE	PE
639869	CLEUSA M S S	SANTA MARIA	RS

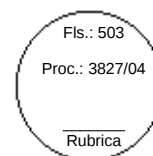
Fonte: SIGRH, encaminhada pela SE por meio magnético, por meio do Ofício n.º 213/08-SEADJ.

39. A Amostra obtida é formada por 29 nomes (fls. 176/200 e 226/233 do Anexo VIII). Contudo, nem todos são servidores, como solicitado na Nota de Inspeção n.º 03, uma é Pensionista (matrícula 6319 – fls. 229 do Anexo VIII), outra é apenas Conselheira (matrícula 7000472 – fls. 232 do Anexo VIII). Além disso, em pesquisa no SIGRH, constatou-se que seis encontram-se registrados como afastados (uma aparece como afastada e, ao mesmo tempo, lotada na Diretoria de Ensino de Santa Maria - matrícula 2020246 – fls. 195 do Anexo VIII). Os restantes, 21 servidores, estão com o endereço fora do Distrito Federal, mas lotados em algum Centro ou Escola. Não é possível que uma servidora resida em Ananindeua - PA, trabalhe na Diretoria Regional de Ensino de Santa Maria. Essa situação compromete a consistência dos dados.

40. Tal problema foi assim detalhado, no Relatório da Auditoria n.º 2.0012.01, Processo 1161/01, ao tratar da Gratificação de Movimentação, na SES, que também se baseia no critério de deslocamento do servidor (fls. 72 do Processo 1161/01):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



'68. A concessão da Gratificação a determinado servidor se baseia em dois critérios: o endereço residencial, que deve estar atualizado e o local de exercício. Apesar disso, o cadastro de servidores do SIGRH possui informações conflitantes a respeito do endereço do mesmo servidor, que foram visualizadas, respectivamente, nas telas CADPES31 e CADPES05 (fls. 41/43). Apesar do recadastramento dos servidores ativos ocorrido em 1999, consoante manifestação do Chefe do Núcleo de Cadastro Funcional e Financeiro, os dados não foram inseridos no SIGRH.'

41. Passados cerca de sete anos da realização da Auditoria n.º 2.0012.01, Processo 1161/01, as incorreções quanto aos dados cadastrais dos servidores persistem. Em razão disso, deve ser determinado à Secretaria de Planejamento e Gestão que corrija as inconsistências constantes na tela CADPES31, entre o endereço do servidor estar registrado em uma Unidade da Federação distante do Distrito Federal e a lotação estar preenchida com alguma escola. Ainda: corrigir divergência no campo lotação de servidor com registro de afastamento/licenciado e outro registro com alguma escola ou centro de ensino, na mesma matrícula servidora (caso do servidor de matrícula 2020246); a inconsistência entre as telas CADPES31 e CADAFA31, constando em uma como lotado em escola ou centro de ensino e na outra como afastado/licenciado (Sugestão II). (Destaquei)

b) DA SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIDORES INDICADOS NO QUADRO 13 DO RELATÓRIO DA AUDITORIA Nº 2.0046.04

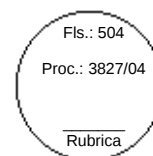
42. A finalidade da solicitação da relação de servidores residentes fora do Distrito Federal, mediante a Nota da Inspeção nº 03, foi também verificar a situação atual dos servidores indicados no Quadro 13 do Relatório da Auditoria nº 2.0046.04 por irregularidades nos endereços declarados (fls. 73/74).

43. O referido Quadro 13 inclui 24 servidores (fls. 201/225 do Anexo VIII). Desse quantitativo, depois das fiscalizações, 11 constam, na relação ora fornecida, com o endereço questionado e 13 alteraram o endereço. Dos que alteraram, oito estão nos endereços levantados naquela e indicados no Quadro mencionado. E cinco são diversos dos apurados em Auditoria. Essa constatação na alteração de endereço dos servidores justifica que seja melhorado o atual sistema de comprovação de residência.

44. Sobre isso, em entrevistas com servidores da SE, envolvidos com Vale-Transporte, foi declarado, como exemplo, que, em diversas situações, foram indeferidos os pedidos de vale, mas os servidores entraram com medidas judiciais e foi determinada a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



concessão para o endereço indicado pelo servidor.

45. Foi noticiado, ainda, um fato específico com relação a um município da RIDE, isto é, Unaí/MG. Nesse Município, o horário inicial dos ônibus que saem dessa cidade é 6:00 horas e o tempo médio de viagem até a Rodoferroviária de Brasília é de 3 horas. Ora, se o servidor entra às 8 horas, como é possível residir em Unaí/MG e chegar a tempo na escola? Cabe salientar, ainda, a necessidade de ônibus da Rodoferroviária para a escola.

46. **Diante disso, justifica recomendar à Secretaria de Estado da Ordem Social e Corregedoria-Geral – SEOPS, acerca da conveniência e da necessidade de criação de grupo de visitantes, nos moldes do existente no Programa Renda Minha, para checagem dos endereços dos servidores do GDF residentes fora do Distrito Federal, beneficiários de Vale-Transporte. Sem essa atuação mais direcionada, continuarão a ocorrer situações em que o servidor não tem como comprovar o tempo trabalhado e o tempo despendido para ir e voltar da residência fora do Distrito Federal (Sugestão III). (Destaquei)**

DAS RESPOSTAS ÀS NOTAS DE INSPEÇÃO

47. **Os esclarecimentos prestados pela SE atendem apenas o contido na Nota de Inspeção n.º 03. Não houve, por parte da Secretaria, o encaminhamento das respostas às Notas de Inspeção n.ºs 01 e 02, inobstante o aguardo da manifestação daqueles gestores até a presente data. Os elementos solicitados nessas Notas são imperativos para conclusão da fiscalização. Logo, persiste a necessidade de esclarecimento quanto às Notas de Inspeção n.ºs 01 e 02, justificando a reiteração das Notas (Sugestão IV). (Destaquei)**

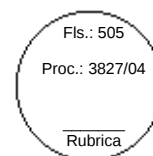
III. CONCLUSÃO

48. Perduram do que foi constatado em fiscalização (Auditoria de Regularidade n.º 2.0046/04), as questões constantes dos Itens III, letra “b”, e V da Decisão n.º 6.270/07. O cerne da questão é a denúncia de irregularidade de concessão de Vale-Transporte, mesmo diante da existência de questões pendentes (alíneas “ci”, “cii”, “ciii”, “cvii”, “i” e “p” do Item II do referido Relatório da Auditoria).

49. Incluiu-se, na fiscalização ora empreendida, as alíneas “c”, “cii”, “ciii”, “cvii”, “i” e “p” do Item II e do Item IV do mesmo Relatório, em razão de esta Colenda Corte ter entendido que as providências foram iniciadas, aguardando aferição em posterior fiscalização. Para esclarecimento das questões, foram apresentadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



três notas de inspeção.

50. *A Secretaria de Educação, por meio do Ofício n.º 213/08 – SEADJ encaminhou resposta à Nota de Inspeção n.º 03. Os elementos constantes da resposta apresentam inconsistências que justificam sugestão à Secretaria de Planejamento e Gestão.*

51. *No que tange aos dados encaminhados, a finalidade da solicitação da relação de servidores residentes fora do Distrito Federal foi verificar a situação atual dos servidores indicados no Quadro 13 do Relatório da Auditoria, por irregularidades nos endereços declarados.*

52. *O resultado da confrontação confirma as conclusões da Auditoria. Além disso, entrevistas com servidores da SE sobre as irregularidades possibilitaram concluir que, sem atuação mais direcionada, continuarão a ocorrer situações em que o servidor não tem como comprovar o tempo trabalhado e o tempo despendido para ir e voltar da residência fora do Distrito Federal.*

53. *Logo, justifica sugerir à SEOPS acerca da conveniência e da necessidade de criação de grupo de visitantes, nos moldes do existente no Programa Renda Minha, para checagem dos endereços dos servidores residentes fora do Distrito Federal.*

54. *Por fim, a SE não atendeu as Notas de Inspeção n.ºs 01 e 02. Diante da necessidade dos elementos solicitados nessas Notas para conclusão da fiscalização, cabe a reiteração da Notas por parte da Corte de Contas.*

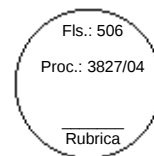
IV. SUGESTÕES

Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento:*
 - α) do Ofício n.º 213/08 - SEADJ;*
 - β) do Relatório da Inspeção n.º 2.0024.08;*
- I. determine à Secretaria de Planejamento e Gestão do DF que corrija as inconsistências verificadas no SIGRH, conforme constam do § 39 deste Relatório;*
- II. recomende à Secretaria de Estado da Ordem Social e Corregedoria-Geral acerca da conveniência e da necessidade de criação de grupo de visitantes, nos moldes do existente no Programa Renda Minha, para checagem dos endereços dos servidores residentes fora do Distrito Federal, beneficiários de Vale-Transporte;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

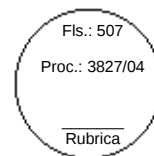


- III. *determine à Secretaria de Educação do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, atenda ao que foi solicitado pelas Notas de Inspeção n.ºs 01 e 02;*
- IV. *enviar à Secretaria de Educação e à Secretaria de Planejamento e Gestão do DF cópia deste Relatório da Auditoria, do Voto e da Decisão a serem proferidos."*

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



VOTO

Das conclusões constantes do Relatório de Inspeção oferecido pelo órgão instrutivo ressaltam os seguintes fatos:

- a) perduram as questões constantes dos itens III, letra “b” e V da Decisão nº 6.270/07;
- b) inconsistência dos dados cadastrais da Secretaria de Estado de Educação, que justificam sugestão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- c) desatendimento de Notas de Inspeções emitidas por servidores do Controle Externo, gerando a necessidade de reiteração;

Em decorrência desses fatos, acolho, com ajustes, as sugestões oferecidas pela instrução.

Por se tratar de irregularidade na concessão de benefício, entendo que a recomendação ao titular do Controle Interno distrital deve ser transformado em determinação, além de ser ampliado para toda a Administração Pública, à vista do informado pela instrução sobre a possibilidade de ocorrência da concessão indevida de Vale-transporte a servidores de outros órgãos.

Assim, acolhendo os termos e sugestões da instrução, com os ajustes de redação e acréscimos que faço, VOTO no sentido de que este Plenário:

I - tome conhecimento:

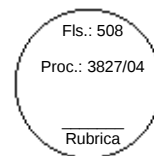
- a) do Ofício n.º 213/08 – SEADJ;
- b) do Relatório da Inspeção n.º 2.0024.08;

II - determine:

- a) à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal que corrija as inconsistências verificadas no Sistema Único de Gerenciamento de Recursos Humanos - SIGRH, conforme sugestão constante do parágrafo 39 do Relatório de Inspeção nº 2.0024.08, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da decisão a ser prolatada, sobre as providências efetivamente adotadas para corrigir as falhas apontadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JORGE CAETANO



- b) ao titular da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da decisão a ser prolatada, adote as providências que entender necessárias ao pronto atendimento ao quanto solicitado pelas Notas de Inspeção n.ºs 01 e 02-3827/04, fls. 468/481;
- c) à Secretaria de Estado da Ordem Política e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal que examine a conveniência e oportunidade de criação de grupo de visitadores, nos moldes do existente no Programa Renda Minha, ou da adoção de outras medidas alternativas ou complementares, para checagem dos endereços dos servidores residentes fora do Distrito Federal, beneficiários de Vale-Transporte, no âmbito do Distrito Federal, em decorrência das irregularidades apuradas nestes autos, informando a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da decisão a ser prolatada, sobre as providências efetivamente adotadas para corrigir as falhas apontadas;

III - autorize:

- a) o envio, à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado da Ordem Política e Social e Corregedoria-Geral, todos os órgãos do Distrito Federal, de cópia do Relatório de Inspeção nº 2.0024.08, deste Relatório/Voto, caso acolhido, e da Decisão a ser proferida;
- b) o retorno dos autos à 2ª ICE para as providências a seu cargo e a continuidade do acompanhamento.

Sala das Sessões, de junho de 2009.

JORGE CAETANO
Conselheiro-Relator